

RESOLUÇÃO N°017/2012-CSRN

Dispõe sobre julgamento do Auto de Infração n° 167/2010 em nome de Joaquim Carlos Alves Barbosa (Processo Administrativo n° 20 0900029008553) e dá outras providências.

A Câmara Setorial de Recursos Naturais do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 10 e 13, da Lei n°13. 123, de 16 de julho de 1997 e do art.14, da Lei n° 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com redação modificada pela Lei n° 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei n°1 3.569, de 27 de dezembro de 1999, com redação dada pela Lei n°17.268, de 04 de fevereiro de 2011, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente serão inicialmente apreciadas e deliberadas pela respectiva Câmara Setorial, cabendo, da decisão desta, recurso ao pleno do Conselho Regulador;

Considerando as provas constantes do processo referenciado e, principalmente os pareceres técnico e jurídico, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte integrante desta decisão, nos termos da Resolução n° 238/2005, do Conselho de Gestão da AGR;

Considerando que o usuário Joaquim Carlos Alves Barbosa infringiu o art. 2º, incisos I e VII da Resolução n° 238/2005-CG, do Conselho de Gestão da AGR, por utilizar recursos hídricos superficiais sem a respectiva outorga, razão pela qual foi lavrado contra si o Auto de Infração n°167/2010 em 12/07/2010;

Considerando a decisão da Câmara Setorial de Recursos Naturais do Conselho Regulador da AGR, em reunião realizada em 26 de abril de 2012;

R E S O L V E:

Art. 1º - Manter o Auto de Infração n° 167/2010, em nome de Joaquim Carlos Alves Barbosa, (Processo Administrativo AGR n° 2009 00029008553), por descumprimento da Legislação vigente;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara Setorial de Recursos Naturais do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 27 dias do mês de abril de 2012.

José de Paula Moraes Filho
Conselheiro Coordenador

Danilo Guimarães Cunha
Conselheiro